



# O orçamento público como garantia dos direitos fundamentais

Livi Gerbase  
Inesc - CICTAR  
24 de novembro de 2023





1. Porque e como olhar para os gastos públicos
  - a. Tendências dos últimos anos
  - b. Metodologia orçamento e direitos do Inesc
  
1. Usando casos reais para exemplificar abusos fiscais em esfera global: Brookfield
  
1. Outras ferramentas para educação fiscal
  - a. Curso cidadania fiscal
  - b. Minicurso A Gazetinha + Inesc
  - c. Arquivo de imagens



# Por que olhar para os gastos públicos?

- “Para que estamos pagando tributos?”
- Relação entre tributos e gastos definidas em regras que limitam a política fiscal
  - LRF: meta de resultado primário
  - Teto de gastos: ausência de qualquer relação
  - Novo arcabouço fiscal: aumento de arrecadação é condição necessária para aumento de gastos
- Vinculações: foram importantes para a garantia de direitos fundamentais, porém cada vez mais criticadas



# Tendências dos gastos públicos

- 7 anos de Teto de Gastos - cortes drásticos em políticas de garantias de direitos, ambientais, saneamento básico, pesquisa... despesas discricionárias particularmente afetadas
- Plano Plurianuais sem importância prática
- Congresso Nacional assumindo partes cada vez maiores do orçamento público, desmontando o planejamento federal de políticas públicas e esvaziando orçamento do Executivo
- Meta de déficit zero e lógica de contingenciamento já levando a cortes de gastos na nova gestão

Decreto assinado pelo presidente Lula e publicado no Diário oficial passa a faca no orçamento da saúde e da educação e bloqueia verbas. Foto: Cláudio Kbene/PR

GOVERNO FEDERAL

**LULA TRAVA ORÇAMENTO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO; VEJA QUANTO CADA MINISTÉRIO TEVE BLOQUEADO**

CONGRESSO EM FOCO





# Como inserir gastos públicos na educação fiscal

## Metodologia Orçamento e Direitos do Inesc



O primeiro pilar é o financiamento do Estado com justiça fiscal: o Estado deve distribuir a **carga tributária** entre todos os segmentos de uma nação de maneira justa, cobrando menos de quem ganha menos e cobrando mais de quem ganha mais. Isto se chama **sistema tributário progressivo**.

O segundo é o uso máximo de recursos disponíveis, que detalha a obrigação dos Estados nacionais em aplicar o máximo dos recursos arrecadados pelos governos em políticas de direitos humanos.



O terceiro pilar é a realização progressiva dos direitos humanos, no sentido de que os investimentos em direitos devem, ano a ano, ser progressivamente aumentados por meio de políticas públicas universais e inclusivas.



# Como inserir gastos públicos na educação fiscal

Metodologia  
Orçamento e  
Direitos



A seguir vem o quarto pilar, a não discriminação, que combate as desigualdades e as discriminações exercidas pelo Estado e sociedade. A discriminação faz com que determinados grupos e populações historicamente excluídas tenham mais dificuldades de acesso aos seus direitos. A discriminação também faz com que menos recursos estejam disponíveis pra eles.

Finalmente, o quinto pilar, a participação, que deve estar presente no desenho de todas as políticas e o orçamento para assegurar a transparência e o controle social. A participação permite que mais pessoas pensem sobre como será o planejamento e quais projetos e programas elas necessitam. A participação garante que vários grupos diferentes decidam como melhorar suas vidas, e não somente um técnico que não conhece profundamente suas realidades.



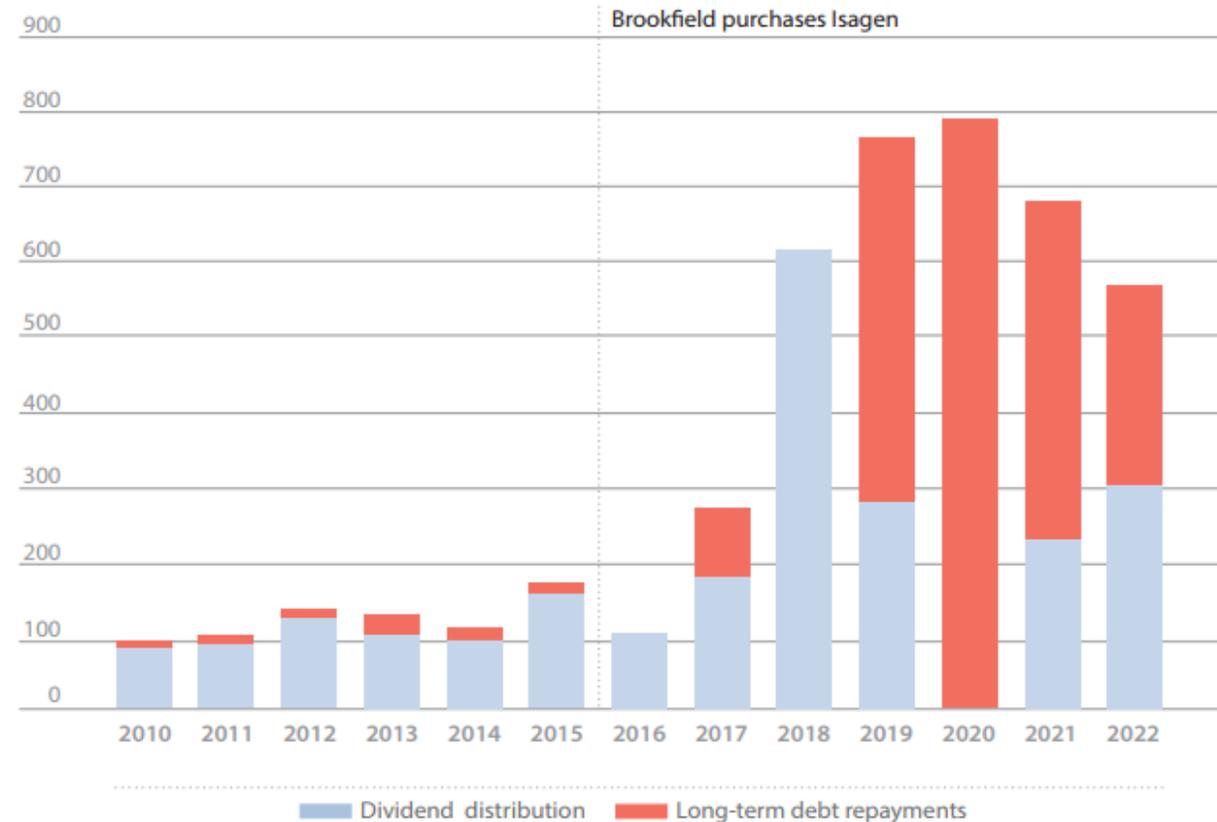


# Usando casos reais para exemplificar abusos fiscais em esfera global

- Isagen é uma empresa colombiana de energia recentemente privatizada. Possui 16,7% da capacidade instalada total da Colômbia.
- Os picos de preços significaram enormes lucros nos últimos anos
- Empréstimos de acionistas como possível forma de evasão fiscal



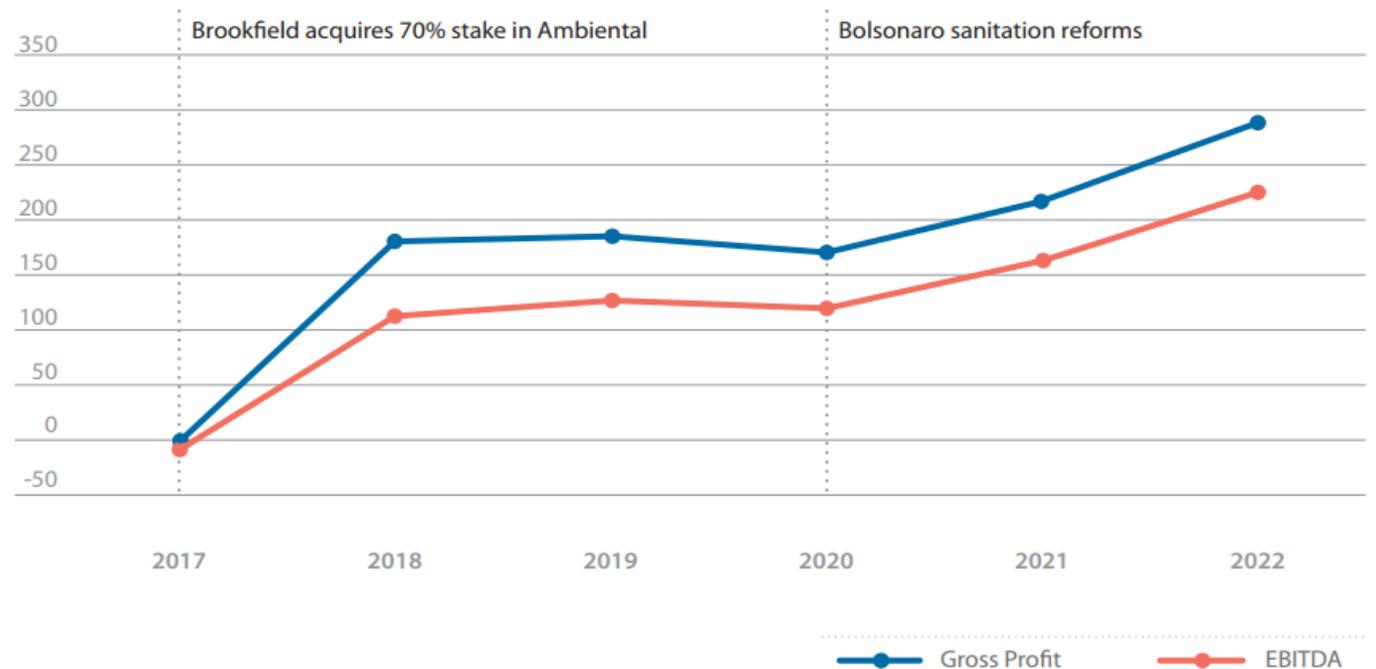
ISAGEN cash distribution (US\$ million)





- Em 2017, a Brookfield adquiriu 70% do capital da maior empresa privada de distribuição, captação e tratamento de água do Brasil, rebatizando-a de BRK Ambiental.
- Além das receitas crescentes, contraiu grandes empréstimos durante o mesmo período, com a dívida total a aumentar de 6,6 milhões em 2017 para 1,96 bilhões de dólares em 2022.
- BRK multada pela prefeitura de Maceió em 2023 – 2,3 milhões de reais

Measures of profitability (US\$ million)





# Ferramentas para a educação fiscal - Curso Cidadania Fiscal



CF003 / Estado, sociedade e tributação - Prof. Dão Real Pereira dos Santos - Texto base e Vídeoaula

## Estado, sociedade e tributação - Prof. Dão Real Pereira dos Santos - Texto base e Vídeoaula

Livro Configurações Importar capítulo Mais ▾

Ver

Próximo

### 1. Vídeo-aula do Módulo - 22 min 35 seg



Dão Real Pereira dos Santos – Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, autor de diversos artigos e palestrante nos temas tributários em eventos nacionais, Presidente do Instituto Justiça Fiscal - IJF.

# Ferramentas para a educação fiscal - Minicurso

## O Debate Fiscal





# Ferramentas para a educação fiscal - Curso Cidadania Fiscal



Canal multimídia de economia e política.  
Publicamos materiais ilustrados e didáticos para  
democratizar uma visão crítica desses temas.

QUEM SOMOS    CONTATO      



## Imagens do curso Cidadania Fiscal

Faça o download das imagens do curso aqui.

15 de setembro de 2023



# Ferramentas para a educação fiscal - Curso Cidadania Fiscal

## INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL 1



gazetinha da guanabara

## INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL 2



gazetinha da guanabara



# TIPOS DE TRIBUTOS

## TAXA

EU VOU PAGAR PARA UM SERVIÇO QUE ME BENEFICIA DIRETAMENTE.



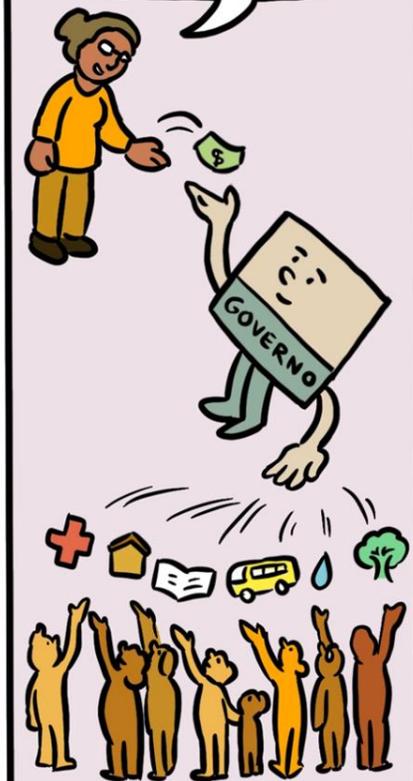
## CONTRIBUIÇÃO

EU VOU PAGAR PARA UM SISTEMA QUE BENEFICIA A TODOS.



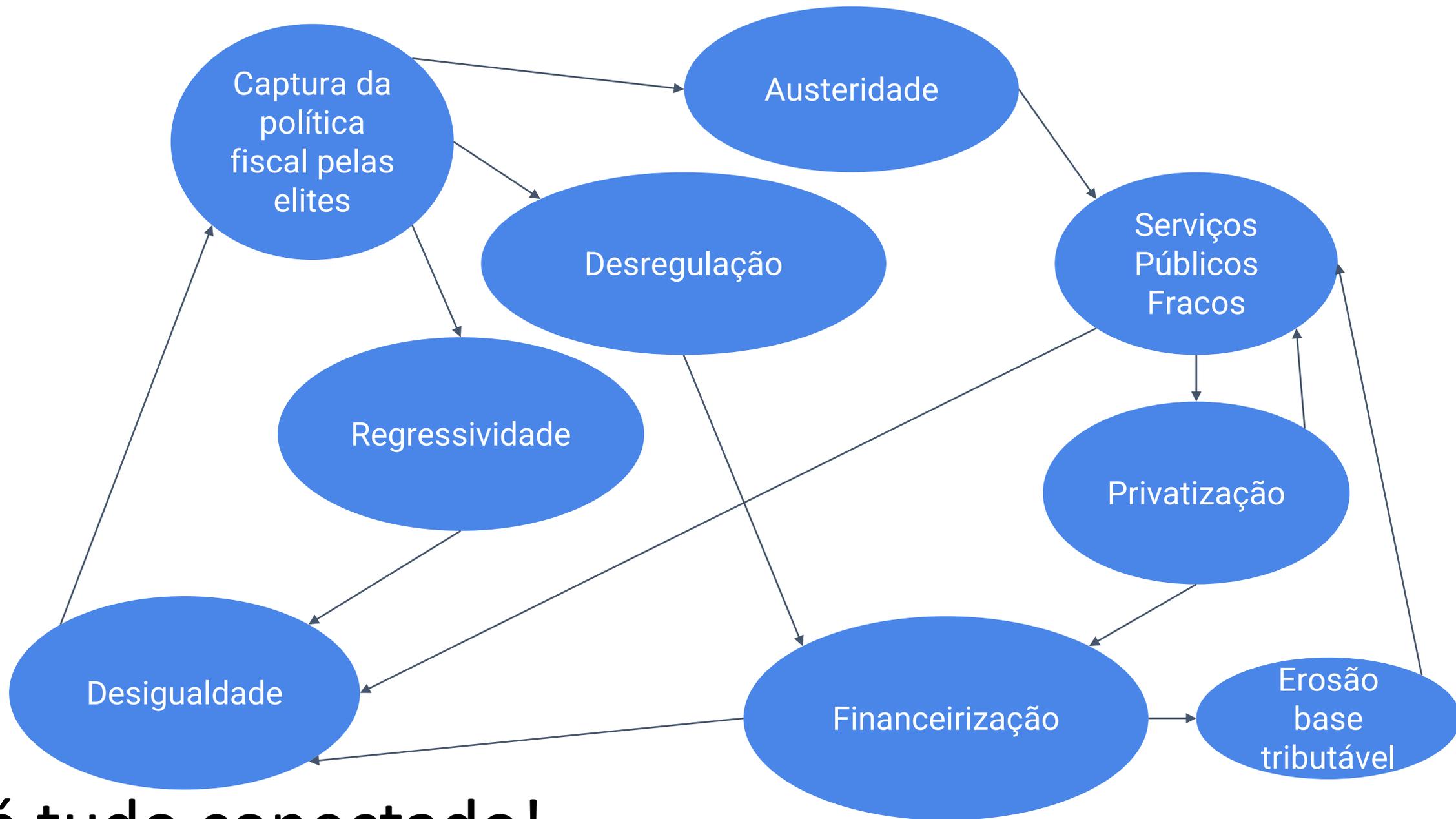
## IMPOSTO

EU VOU PAGAR PARA O GOVERNO DECIDIR COMO MELHOR ALOCAR PARA A POPULAÇÃO.



# COMO OS DIREITOS CONSTITUCIONAIS SÃO TRADUZIDOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS?





**Está tudo conectado!**



Obrigada!

Livi Gerbase  
Inesc - CICTAR  
[livi.gerbase@cictar.org.br](mailto:livi.gerbase@cictar.org.br)  
24 de novembro de 2023

